

O monstro e seus destroços

José Sarney

De Tancredo Neves recordo sempre o lado humano, o agradável conversador, o seu gosto pela vida, além da figura política extraordinária, e da admiração que cresceu na causa e destino que nos uniram. Era um grande *causeur*, que sempre se socorria da riqueza de referências nos lances de que tinha participado e dos momentos políticos que tinha vivido. Ele gostava de resumir situações em frases que citava ou que formulava. De Chateaubriand repetia sempre quando convidado a repousar, "para descansar nós temos a eternidade". E, sempre que transpúnhamos na campanha maiores obstáculos, ele gostava de dizer: "Goethe ensinava que era fácil destruir o monstro; difícil era remover os seus destroços".

Não são meu forte os clássicos alemães para abonar essa citação, nem dizer de onde ela foi retirada. Até porque de Goethe, além da necessidade que temos, na obrigação da formação cultural de ler o Fausto, recordo-me apenas de um romance dos seus começos, a história, de um amor impossível, *Os Sofrimentos de Werther*, em que ele constrói a trama de sua paixão pela noiva de um amigo. Mas Goethe foi conselheiro político e econômico, com grande fama, do Grão-Duque de Weimar e, também, ao final de sua vida, sintetizou seus pensamentos nas *Conversações com Eckerman*. Não tenho autoridade em Goethe para saber de suas motivações nesse conceito do monstro e seus escombros, nem se era um conselho político ou uma metáfora literária, nem até onde Tancredo e Goethe estavam fiéis a esse pensamento.

Mas, nas últimas semanas, lembrei-me da lição de Tancredo (ou de Goethe) em face do problema da CPI dos Bancos, quando fiquei como São Sebastião, flechado e amarrado àquela coluna dos martirizados.

A verdade é que minha posição nunca teve nada de pessoal nem de disputas ou ressentimentos. Tenho procurado conduzir o Senado Federal e o Congresso com absoluta isenção, sem entrar nas funções do líder do governo nem nas do líder da oposição. Desejo que o Congresso seja prestigiado, como instituição, a maior de todas no sistema democrático, e a mim causa desconfiança quando vejo uma sistemática campanha contra o Poder Legislativo, fato que

culminou com a colocação de uma faixa em frente da Casa com a expressão: "Fechar o Congresso". Vamos dizer que era apenas uma faixa. Mas o caminho para chegar até essa faixa deve ter tido muitos afluentes.

Não posso ser articulador político de proposições que o Congresso deve votar. Assim como li o pedido da oposição e de outros senadores desejando apurar as fraudes bancárias, assim também processei o recurso que contra ele apresentaram, embora julgasse que o assunto merecia ser apurado. Jamais usei ou usarei a presidência do Senado para atos de facciosismo ou para servir a minhas idéias contra o Regimento da Casa. Imprimi ao Senado uma norma de trabalho planejado e acabamos com o arbítrio do presidente de engavetar processos, considerando que um Congresso que não vota, que não decide, não é Congresso. Limpamos a pauta, estamos com o trabalho em dia. Tal conduta muitas vezes pode parecer ao governo ou à oposição uma medida prejudicial. Até mesmo porque esse não era o costume. Mas um ex-presidente da República não pode presidir o Legislativo para fazê-lo instrumento de manobras contra o Regimento do Senado e contra o próprio prestígio do Congresso. Poderes harmônicos sim, diz a Constituição, subservientes jamais!

O monstro está morto, se é que era a CPI. Mas seus escombros estão aí. A crise do sistema bancário não pode ser resolvida por um simples gesto de derrota política. Ela atacou o México em 1982, obrigando a estatização; o mesmo ocorreu à Venezuela; faz três anos, nos Estados Unidos, os bancos de poupança viveram uma crise que custou ao país US\$ 500 bilhões; o Japão está no meio do vendaval, a Argentina vem sofrendo seus efeitos.

O que existe é o fato de que a globalização fez com que a economia de papéis, o mercado financeiro, fossem, como na verdade são, vinte vezes maiores do que a economia real. Emite-se moeda eletrônica, e isso sim pode levar a uma crise cujas proporções não podemos avaliar. Nós não podemos julgar os bons banqueiros, os que trabalham honestamente, pelos fraudadores, pelos dilapidadores dos depósitos dos seus clientes, pelos que usam essa permissão do governo para serem permissionários

de processos ilícitos. A campanha que se fez no país pela ética não pode ter setores inexpugnáveis. Banco vende confiança mais do que dinheiro. Seriedade mais do que juros. Tornar os maus banqueiros imunes à fiscalização política não é um bom caminho. Uma coisa é a parte jurídica, criminal, na área da polícia, Ministério Público, controle interno do próprio governo. Outra é a fiscalização política, dada às minorias pela Constituição, art. 58, parágrafo 3º. Elas se completam.

Não considero a leitura de assunto dessa natureza como um derrota. Até porque não travei batalhas, cumpri com meu dever. Sempre tive a personalidade voltada para julgar que muitas vezes podemos estar errados. Mas meus erros, como pensa também Norman Mailer, são minha força, pois me dão a consciência de poder consertá-los.

Leio que há uma corrida nos depósitos, porque os rendimentos estão baixos, os saques estão acima do dinheiro que entra, leio que BC fechará com um prejuízo de três bilhões, embora esse banco não possa ter prejuízo, que é do Tesouro. O Banco do Brasil tem suas ações desvalorizadas em 40% e sua saúde é precária, sendo necessária a UTI. A crise dos bancos estaduais, mais dias menos dias, vai espocar, como profetizam as próprias autoridades monetárias.

O que é a derrota? Esse tema exige meditação e leitura de exemplos. O Brasil não é tão simples para a fórmula entre a eliminação de uma CPI e o ex-presidente Sarney. Mesmo porque se essa fosse a situação, eu estou e estaria sempre ao lado do melhor para o país.

Acredito que o real é uma realidade vitoriosa, que necessitamos cada vez mais consolidá-lo. Minha posição está no apoio que dei às reformas, desde o princípio, com entusiasmo, no aval que tenho dado nos fóruns internacionais, nas maiores revistas mundiais de ciência política, falando sobre as mudanças no Brasil, no meu otimismo quanto ao presente e esperança no futuro.

Agora, o direito de discordar só não se pode exercer onde morreu a liberdade. Ou pela censura, pelo medo, ou por uma coisa pior: a autocensura.

Para mim, CPI não é o caos; se fosse, estaríamos perdidos.
José Sarney é presidente do Senado Federal